

Carta aos Presidenciáveis

Desenvolvimento de ponto de vista
sobre formas de aumento de acesso à saúde



SINDUSFARMA



Parthenon

Ao avaliar o acesso à saúde, focamos em um dos três pilares fundamentais para o desenvolvimento do setor – **Acesso à Terapêutica**

Acesso à Vida Saudável

Foco em garantir condições básicas de saúde, buscando evitar doenças advindas da falta de **água potável** e **esgoto**, além de outras consequências secundárias como diminuição da concentração e raciocínio e o aumento da incidência de doenças secundárias.

Acesso à Assistência

Foco em fornecer **estrutura** e **profissionais de saúde** que sejam capazes de diagnosticar, prevenir e auxiliar o paciente na reversão de sua condição, quando ele é acometido por uma doença.

Acesso à Saúde

Acesso à Terapêutica (FOCO)

Destinado à população que necessita de **terapia eventual** e/ou **contínua**, que demande o uso de **recursos/medicamentos**. O **recurso certo** para o **indivíduo** diagnosticado corretamente, no **tempo** em que ele **necessita**.

Resumo Executivo

Missão/Objetivo

Identificar principais alavancas de políticas públicas para melhora do ecossistema de saúde no Brasil

Análise de desafios mais críticos para o aumento de acesso a medicamentos no país

Análise aprofundada de dados e insights por meio de pesquisa secundária (artigos, dados públicos, entrevistas)

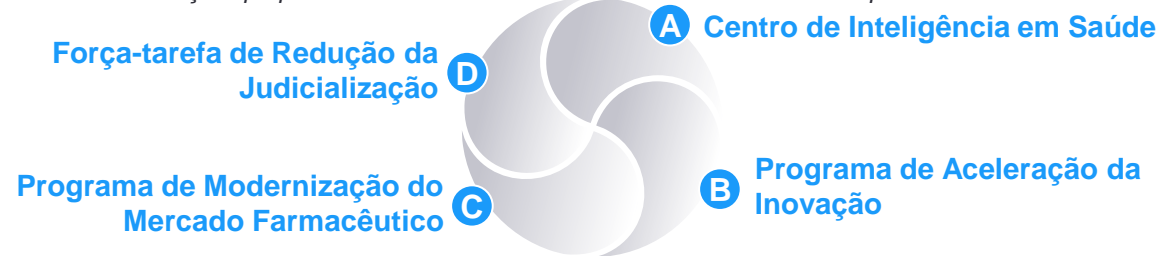
Output

Carta aos Presidenciáveis com as principais propostas para melhoria de acesso

Ações

Governo – Condução de políticas públicas com base nas recomendações propostas

Indústria – Apontamento dos maiores desafios e colaboração na governança do ecossistema



Investidores – Fomento de iniciativas de acesso

Público – Transparência quanto às políticas públicas por meio de mídias

Resultados Esperados

Empresas e governo avançam quanto ao acesso a medicamentos por meio de políticas e melhores práticas

Impactos Estimados

Maior acesso da população a medicamentos, ampliando o acesso à saúde como um todo no país

Construímos 4 grandes programas a serem apresentados aos presidentiáveis, atacando diversos pontos pela cadeia do ecossistema

D Força-tarefa de Redução da Judicialização

- ▶ **Previsibilidade orçamentária:** inserção, no planejamento orçamentário da saúde, da previsão de gastos com medicamentos frequentemente judicializados e incorporados no SUS;
- ▶ **Conscientização e informação:** foco em ampliar conhecimento dos profissionais prescritores sobre medicamentos incorporados ao SUS.

C Programa de Modernização do Mercado Farmacêutico

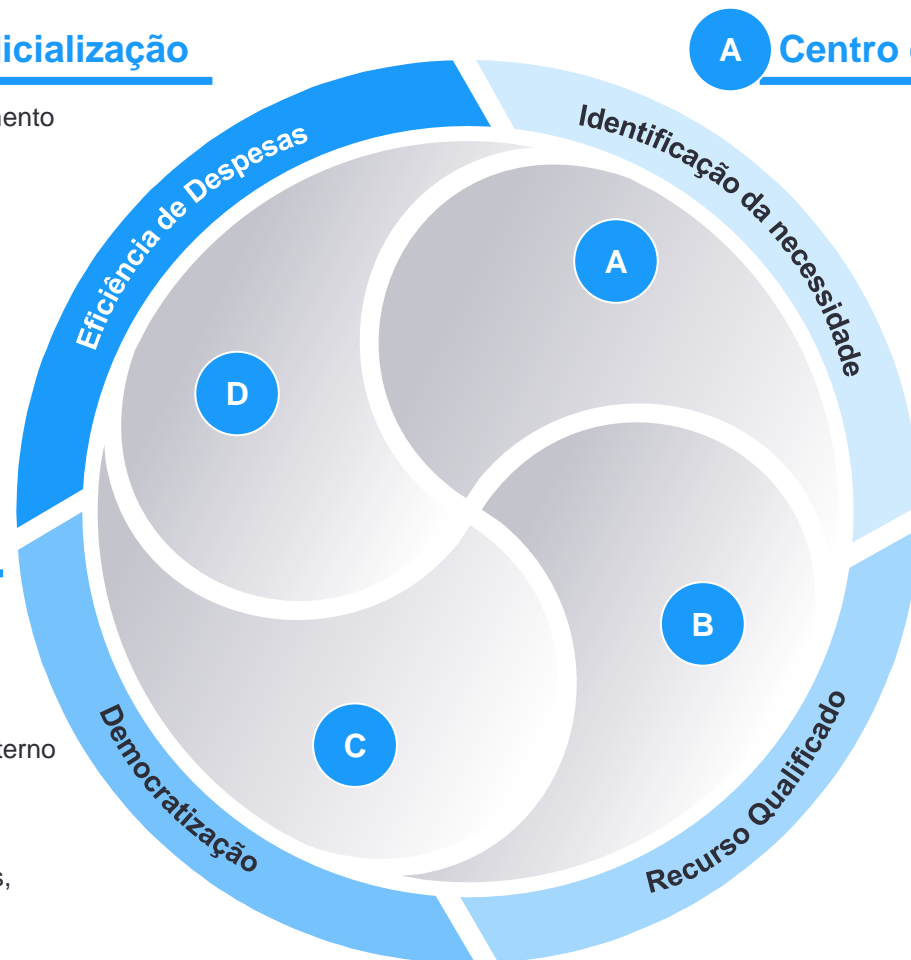
- ▶ **Modernização da política regulatória econômica, considerando:**
 - Flexibilização de preços para moléculas com ampla competição;
 - Revisão da lista de países para referenciamento externo de preços;
 - Implementação de métodos de precificação concatenados com o registro sanitário;
 - Definição de períodos de revisão de tetos de preços, frente a externalidades.
- ▶ **Atualização periódica da lista positiva;**
- ▶ **Desoneração completa de compras públicas relacionadas a todo atendimento assistencial à saúde, inclusive do ICMS de importação**

A Centro de Inteligência em Saúde

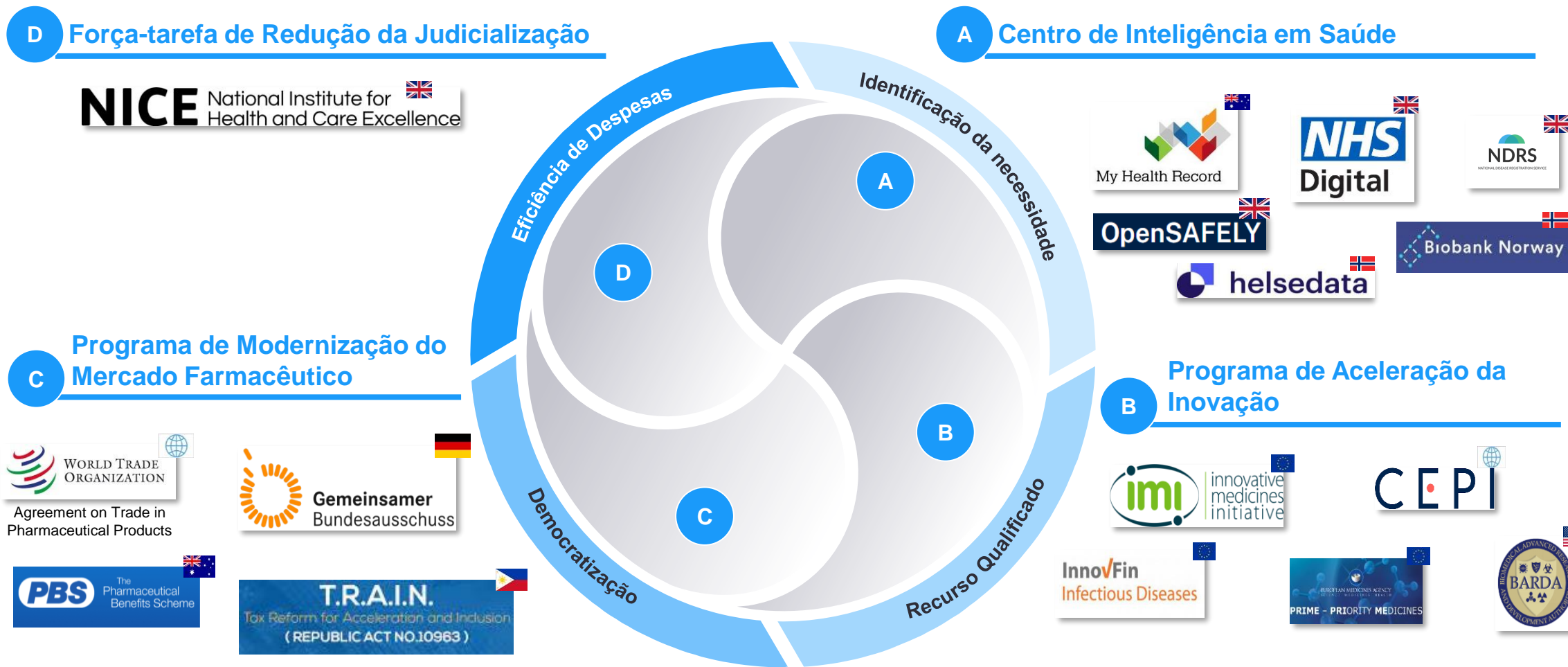
- ▶ Organização de um **Centro de Inteligência em Saúde** que consolide dados de saúde da população (já existentes e novos);
- ▶ Uso de dados em saúde da população para auxiliar estados e municípios com **recomendações de oferta de serviços e de produtos de saúde, de acordo com as necessidades regionais.**

B Programa de Aceleração da Inovação

- ▶ Criação de um **programa de aceleração da inovação**, com a função de:
 - **Articular** o papel das **instituições e agências** envolvidas no processo de entrada de medicamentos, com estabelecimento de **prazos compartilhados ou mais eficientes;**
 - **Reconhecer o valor terapêutico** dos medicamentos como critério na decisão sobre incorporação ao SUS e à saúde suplementar.

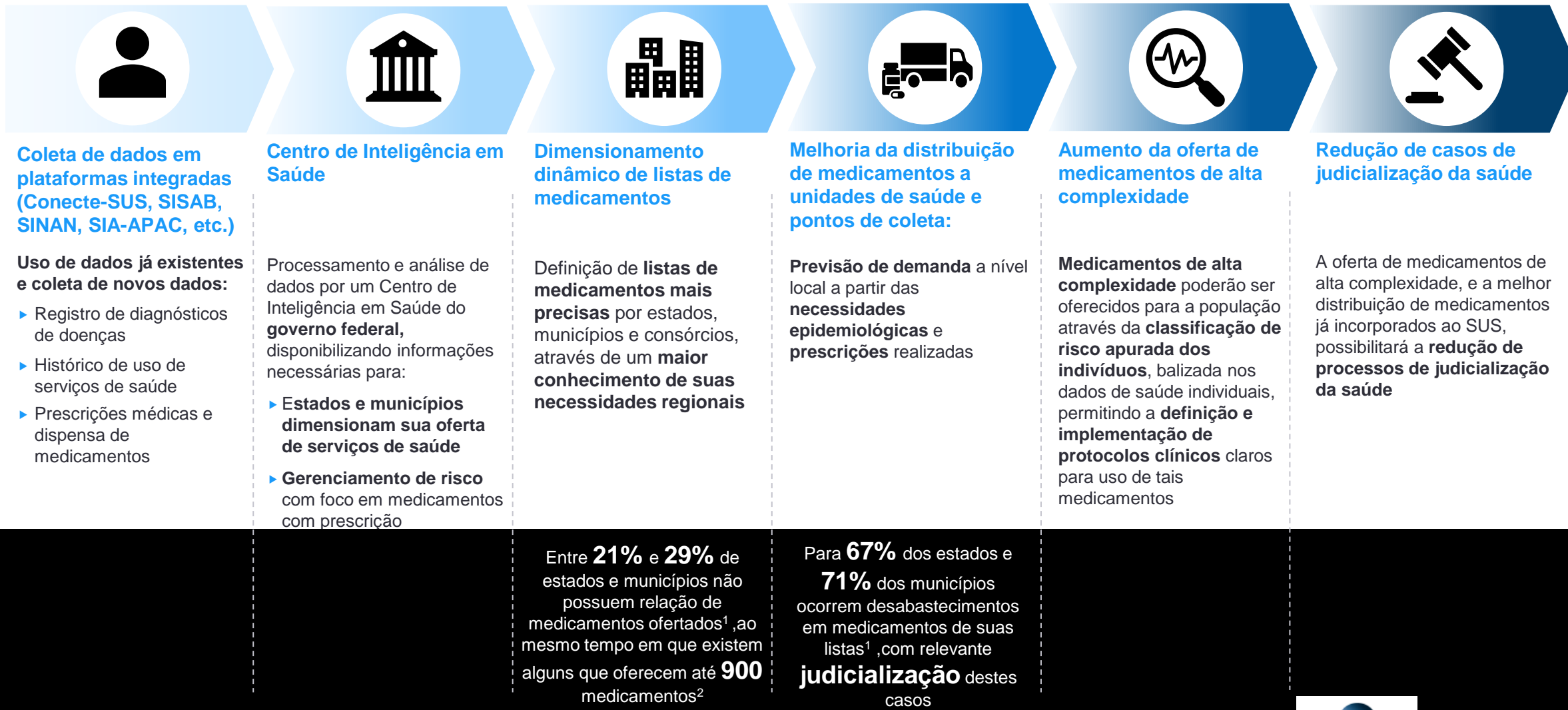


As políticas aqui recomendadas seguem em linha com outras políticas públicas mundo afora que aumentaram acesso a medicamentos



Por meio de um centro de inteligência, dados de saúde podem ser utilizados para melhor definição e distribuição de medicamentos por estados e municípios

Proposta **A** Centro de Inteligência em Saúde

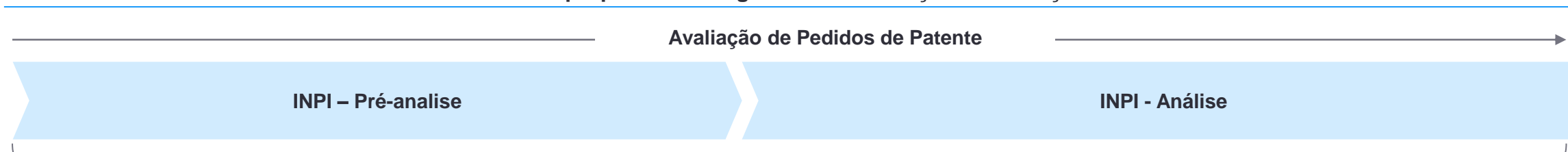


O programa de aceleração de inovação visa facilitar a entrada de medicamentos no Brasil

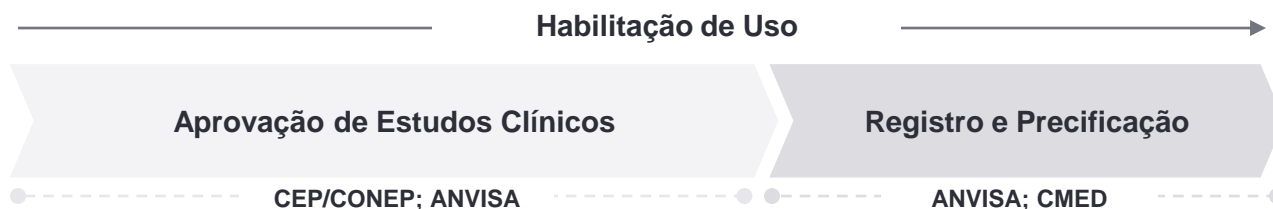
Proposta **B** Programa de Aceleração da Inovação



Fluxo proposto no Programa de Aceleração da Inovação



- ▶ Expansão do Plano de Combate ao Backlog
- ▶ Reforço da atuação do INPI, com foco nas áreas de tecnologia mais demandantes (química/farmacêutica)



- ▶ Integrar o processo de aprovação ética pelo CEP e CONEP
- ▶ Otimizar os prazos entre as instâncias aprovadoras

- ▶ Articular o diálogo entre agências, indústria, academia e pacientes

▶ O foco do Programa deve estar na **articulação e no cumprimento dos processos** e não somente nos **órgãos aprovadores**, a exemplo de **países** que adotam esta estratégia e possuem **tempos menores de aprovação**:

Benchmarks de prazo real para aprovação¹

	Patente	Habilitação de Uso
	6 anos	105 dias
	3 anos	24 dias
	1,5 anos	50 dias

1. Benchmark definido com base em artigos e cases internacionais.

A partir das complexidades e distorções existentes, recomenda-se a modernização da política regulatória de preços aliada à desoneração de tributos de medicamentos

Proposta **C** Programa de Modernização do Mercado Farmacêutico

Identificação da necessidade

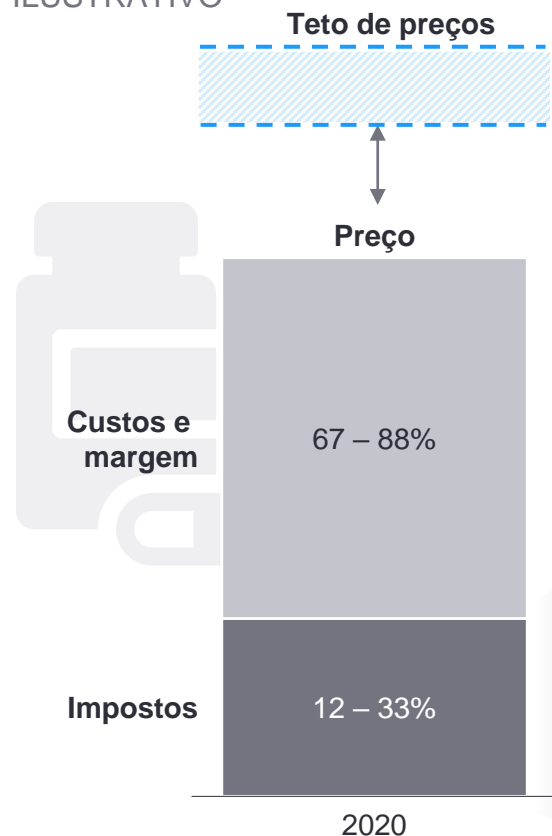
Recurso Qualificado

Democratização

Eficiência de Despesas

Influência da regulação e carga tributária sobre os preços da indústria farmacêutica

ILUSTRATIVO



Principais pontos de melhoria levantados

Política de preços

- Desatualização do modelo regulatório** frente as **evoluções tecnológicas** do setor farmacêutico
- Deficiências no **modelo de referenciamento externo** de preços
- Distorções de **tetos de preços** definidos

Política tributária

- Lista positiva defasada**, não inclui medicamentos inovadores
- Tributos sobre medicamentos** no Brasil estão entre os **maiores do mundo**
- Somente **9% dos medicamentos são financiados** pelo sistema público; média da OCDE é 58%
- Orçamento disponível para financiamento de medicamentos reduzido**, devido à tributação de compras públicas
- Imprevisibilidade** para a indústria farmacêutica.

Recomendações

Política de preços

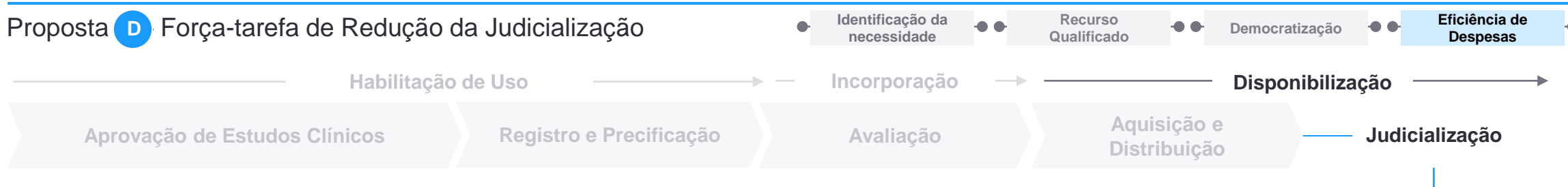
- ▶ **Modernização da política regulatória de preços**, considerando:
 - **Flexibilização de preços** para moléculas com **ampla competição**
 - **Revisão da lista de países para referenciamento externo** de preços;
 - Implementação de **métodos de precificação concatenados com o registro sanitário**;
 - **Definição de períodos de revisão de tetos de preços**, frente a **externalidades**.

Política tributária

- ▶ **Atualização periódica da lista positiva de PIS/COFINS**
- ▶ **Desoneração completa de compras públicas relacionadas a todo atendimento assistencial à saúde**, inclusive do ICMS de importação

A Força-tarefa de Redução da Judicialização busca garantir a incorporação e disponibilização de medicamentos inseridos em linhas assistenciais

Proposta **D** Força-tarefa de Redução da Judicialização



A incorporação de medicamentos não garante o acesso para a população, que muitas vezes o reivindica por vias judiciais

<p>51% Crescimento de casos de judicialização da saúde no período de 2015 a 2020</p>	<p>50 a 70% é o percentual de medicamentos judicializados prescritos pelo nome comercial (em desacordo com a Lei 9.787/1999)</p>	<p>62% dos medicamentos solicitados por meio de ação judicial estão presentes nas listas padronizadas do SUS</p>	<p>73% dos medicamentos judicializados que não constavam em listas padronizadas do SUS possuíam alternativas terapêuticas já incorporadas</p>	<p>3 anos Prazo médio para um medicamento incorporado ser inserido na previsão orçamentária dos estados e municípios, postergando o acesso a terapia pela população</p>	<p>R\$ 8 bilhões valor gasto pelo Ministério da Saúde para cumprir decisões judiciais em 2021. O gasto é maior que as despesas totais em saúde de 92% dos estados</p>
--	--	---	---	--	--



Recomendação:

- ▶ **Previsibilidade orçamentária:** inserção, no planejamento orçamentário da saúde, da previsão de gastos com medicamentos frequentemente judicializados e incorporados no SUS;
- ▶ **Conscientização e informação:** foco em ampliar conhecimento dos profissionais prescritores sobre medicamentos incorporados ao SUS.

Estas propostas, em conjunto, irão melhorar o acesso a medicamentos no sistema de saúde brasileiro

